



Planalto adia decisão sobre terceirização branda

DE BRASÍLIA

Sob pressão do empresariado, o governo protelou a decisão de apresentar ou não salvaguardas para trabalhadores depois que o presidente Michel Temer sancionou projeto de lei que regulamentava a terceirização no país.

Segundo apurou a reportagem, cresce no governo a possibilidade de não editar mais uma medida provisória para incluir medidas de proteção para os trabalhadores afetados pela terceirização.

Em reunião no Planalto nesta segunda (3), integrantes do governo ponderaram que o texto aprovado pode causar uma onda de “pejotização”, o que teria impacto na arrecadação do governo.

Deputados governistas que votaram a favor do texto na Câmara, no entanto, consideraram no encontro que era preciso esperar algum tempo para ver os efeitos práticos do texto aprovado por Temer.

Se realmente a MP for descartada, o governo tem ainda duas alternativas para suavizar a lei agora em vigor.

Uma delas é um projeto mais brando que tramita no Senado. A outra é abrandar a nova lei incluindo pontos do texto do Senado no parecer da reforma trabalhista, que está em uma comissão especial na Câmara.

O relator da reforma, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), disse estar à disposição do governo para incluir as salvaguardas em seu texto, mas disse não ter sido procurado por nenhum emissário do Planalto desde a sanção.

A Federação dos Trabalhadores Rodoviários do estado de São Paulo sedia, na próxima segunda-feira (10), em São Paulo, plenária nacional para acertar detalhes da greve geral de 28 de abril.

Transporte prepara a greve de 28 de abril

O presidente da Ftresp, Valdir de Souza Pestana, espera a participação de sindicatos e federações de outros estados, além das confederações nacionais e centrais sindicais representantes dos rodoviários.

“Não aceitamos os ataques do desgoverno Temer aos direitos trabalhistas”, diz Pestana.

Fonte dos clippings: Jornais Folha de S. Paulo e Diário do Litoral – 04/04/2017

Ministério se opõe a mudança de regra de benefício assistencial

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, comandado pelo PMDB e responsável por um benefício assistencial pago a mais de 4 milhões de idosos e pessoas com deficiência pobres, é contra as mudanças que o governo pretende fazer nesse programa. A proposta de reforma da Previdência enviada pelo presidente Michel Temer ao Congresso altera de forma significativa as regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada), ao subir de 65 para 70 anos a idade mínima exigida para acesso ao benefício e ao desvinculá-lo do salário mínimo, abrindo assim caminho para a redução do seu valor.

O ministro Osmar Terra evita falar sobre o tema e não quis dar entrevista à Folha. Segundo funcionários do governo e integrantes do PMDB, ele é contra as mudanças propostas pela equipe econômica do governo para o BPC. O ministério não participou das discussões sobre a Previdência. Sua assessoria de imprensa limitou-se a dizer que “a reforma da Previdência está sendo tratada pelo Ministério da Fazenda.” O BPC é pago a 4,4 milhões de pessoas — 2,4 milhões com deficiência e 1,9 milhão de idosos — com renda familiar per capita inferior a 25% do salário mínimo, ou R\$ 234. O benefício custou ao governo, só em janeiro, R\$ 4,1 bilhões. Ele representou no ano passado 9% das despesas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 04/04/2017

Aprovação de reformas deve ficar para o segundo semestre

O presidente da comissão que analisa a reforma da Previdência, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), chegou a dizer que queria comer ovos de Páscoa com a votação do texto concluída, mas mudou de perspectiva nos últimos dias: "Eu só não quero esperar o Papai Noel". As votações das reformas trabalhista e da Previdência, prioridades do governo no Congresso em 2017, vão levar mais tempo do que o Palácio do Planalto esperava. As duas propostas estão na Câmara e dependem, além de votação na comissão e no plenário dos deputados, do aval dos senadores. O governo contava com a aprovação, ainda no primeiro semestre, da proposta que estabelece idade mínima de 65 anos para aposentadoria. Agora, a própria equipe econômica já considera a possibilidade de a proposta, que altera a Constituição, ter a tramitação concluída apenas no segundo semestre, após o recesso parlamentar.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/04/2017

Sindserv Guarujá vai analisar em assembleia proposta da Prefeitura

O Sindicato dos Servidores Municipais de Guarujá (Sindserv) fará assembleia, amanhã, às 19 horas, sobre proposta da Prefeitura para reajuste salarial em abril. A proposta do prefeito Válter Suman (PSB) estabelece reajuste de 5,3% e aumento no auxílio-alimentação de R\$ 575 para R\$ 600, além de pagamento do retroativo do abono salarial de 1,9%, de 2016, em quatro parcelas, a partir da folha de abril. Mais: efetuar, até outubro, o pagamento de promoções horizontais, níveis e progressão funcional, que representam um passivo deixado pela gestão anterior. E depositar metade do 13º salário em junho deste ano, entre outros benefícios. Para a presidenta do sindicato, Márcia Rute Daniel Augusto, "a categoria é soberana para decidir sobre a proposta. E comparecerá à assembleia para sua apreciação". Ela destaca "um item muito importante, que é a comissão permanente de negociação".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/04/2017

Santos - Servidores voltam a cobrar um posicionamento da Câmara

Em greve desde o dia 9 de março, os servidores de Santos retornaram à Câmara Municipal, ontem, para cobrar a manutenção do apoio à categoria por parte do Legislativo. A Prefeitura enviou para a Câmara o projeto de lei complementar que trata do reajuste da categoria. Ele foi entregue à Mesa Diretora da Casa e irá passar por toda a tramitação antes de seguir para pauta. O projeto prevê a concessão de abono de 2% ao mês, no período de 1º de julho a 30 de setembro, e 5,35% ao mês, no período de 1º de outubro a 30 de novembro de 2017. A partir de 1º de dezembro, haverá a incorporação do reajuste de 5,35% sobre os vencimentos. O valor do auxílio-alimentação dos servidores que cumprem jornada semanal de 30 a 40 horas semanais será de R\$ 422,40, reduzido em 50% para aqueles com jornadas entre 20 e 30 horas por semana. Já a cesta básica foi fixada em R\$ 263,40 no projeto de lei. O reajuste é retroativo a fevereiro. O reajuste e o abono não serão aplicados nos salários dos cargos comissionados de livre provimento, porém, valerão sobre o salário-base dos servidores estatutários ocupando cargos em comissão. No entanto, os servidores não aprovam a proposta.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/04/2017

Cubatão - Sindicatos recorrem de liminar e servidores mantêm greve

Os servidores de Cubatão decidiram, na tarde de ontem (3), manter a greve, apesar da liminar que determina o retorno de 80% do efetivo aos postos de trabalho. A decisão foi tomada em assembleias realizadas separadamente, em mesmo horário, no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cubatão (Sispuc) e no Sindicato dos Professores Municipais de Cubatão. A paralisação segue em sua totalidade até que o recurso impetrado em conjunto pelas duas entidades, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), seja apreciado. "Conversamos com a juíza na sexta-feira, mas ela não atendeu ao pedido de reconsideração. Por isso estamos entrando com o agravo no Tribunal, em São Paulo. Aprovamos a continuidade da greve até esperar o resultado do agravo", afirmou Reinaldo Sales, diretor jurídico do Sispuc. Segundo o dirigente sindical, a entidade ainda não foi multada por descumprir a liminar que determina o retorno de 80% do funcionalismo ao trabalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/04/2017